



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

PROPOSTA DE OBJETIVOS/PLANEAMENTO DE AÇÕES

2018

1. INTRODUÇÃO	2
2. ASPETOS METODOLÓGICOS	3
3. ATIVIDADE DE COORDENAÇÃO	6
I – Enquadramento	6
II - Problemas definidos como prioritários. Análise do tratamento dado e sua evolução e atualidade	7
4. METODOLOGIA NO DIAP	21
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTABELECIDOS	23
I – Considerações Gerais	23
II – DIAP	24
III – Juízos de Trabalho	28
IV – Juízos Criminais/Serviço Criminal	28
V – Juízo Central Cível (Faro) e serviço Cível das Instâncias Locais	29
VI – Juízo de Comércio (Olhão)	29
VII – Juízos de Execução	29
VIII – Juízos de Família e Menores	30
6. OBJETIVOS E AÇÕES PLANEADAS	31
ANEXOS	32

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

1. INTRODUÇÃO

A (Nova) Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei 62/2013, de 26/8, regula no seu artigo 90º os objetivos estratégicos das comarcas e a sua monitorização, conferindo ao Conselho Superior da Magistratura e à Procuradoria-Geral da República, em articulação com o governo, competência para os estabelecer. Por seu turno, o artigo 91º desse diploma legal regula os objetivos processuais, conferindo ao Presidente do Tribunal e ao Magistrado do MP Coordenador de Comarca competência para os propor e ao Conselho Superior da Magistratura e Procuradora-Geral da República competência para os aprovar. Nos artigos 94º n. 2, alínea b) e 4 e 101º n. 1, alínea b) e n) essa lei atribui expressamente ao Presidente do Tribunal e ao Magistrado do MP Coordenador de Comarca a competência para acompanhar a realização dos objetivos fixados e implementar objetivos mensuráveis para cada unidade orgânica.

É uma opção muito clara e vincada do legislador pela introdução nos tribunais e no MP da chamada “gestão por objetivos”¹ que, aliás, havia já sido introduzida na Administração Pública através da reforma de 2000 e com o SIADAP (Sistema Integrado de Administração do Desempenho na Administração Pública) previsto na Lei 66-B/07, de 31/12.

Note-se que no MP, por iniciativa concertada das quatro Procuradorias-gerais distritais fora já, em 2013, formalmente introduzida em todas as (então) comarcas a fixação de objetivos e que, de todo o modo, essa prática já era seguida há muitos anos em vários departamentos do MP, designadamente no DIAP de Lisboa, na área da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa e em Setúbal.

¹ Acrescente-se que o mesmo diploma legal, no artigo 108º n. 2, aponta expressamente como uma das duas razões para sujeição de determinadas matérias ao Conselho de Gestão o cumprimento dos objetivos estabelecidos para a comarca. A grande importância dada ao estabelecimento de objetivos como prática de gestão nos tribunais e MP reflete-se, até, no diploma do Regime Aplicável à Organização e Funcionamento dos Tribunais, aprovado pelo Decreto-Lei 49/2014, de 27/3, em cujo preâmbulo se refere que a reorganização que ele opera permite “entre outras, a adoção de práticas gestionárias por objetivos”

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

Em 15 de julho de 2015 a Procuradoria-Geral da República divulgou, através do SIMP, os Objetivos Estratégicos do Ministério Público para o triénio judicial 2015-2018. Por seu turno, pelo despacho n. 3/17, de 13/10, a Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República definiu os objetivos estratégicos para o ano judicial de 2018. Naquele primeiro documento se explicitava que "Deverá agora cada órgão do Ministério Público, autonomamente ou em articulação com outros, determinar os objetivos processuais, planos de ação e medidas setoriais a implementar para atingir os objetivos estratégicos que apelem à sua intervenção, tendo em conta o seu âmbito funcional." Nessa linha, no despacho de outubro do corrente ano, se estabelecem os objetivos para 2018 e se estabelece que " Os titulares responsáveis pela direção dos órgãos e departamentos do Ministério Público, tendo em conta os objetivos estratégicos anuais estabelecidos bem como os resultados da atividade do ano judicial antecedente, devem elaborar as propostas de ações e objetivos processuais para o ano judicial de 2018 e enviá-las à Procuradora-Geral da República para homologação, por via hierárquica, até ao dia 30 de novembro de 2017."

Esta proposta é, assim, elaborada no cumprimento das referidas disposições legais e das orientações da Procuradoria-Geral da República.

2. ASPETOS METODOLÓGICOS

O processo de estabelecimento de objetivos para 2018 na procuradoria comarca de Faro e a elaboração da presente proposta seguiu, com poucas alterações, o modelo criado em 2015 na fixação dos objetivos para o ano judicial de 2015/2016 e seguido, também, nos anos subsequentes.

Além do que consta dos referidos documentos hierárquicos, não estão definidos, a nível nacional ou distrital, critérios e regras metodológicas para o estabelecimento de objetivos. A nível da comarca da procuradoria da

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

comarca de Faro é importante relembrar que em julho de 2015 foram divulgados pela coordenação alguns elementos informativos, ainda que básicos, sobre *gestão* e sobre *gestão por objetivos*. Aí se expuseram diversas noções, designadamente de gestão por objetivos, de planeamento, de motivação, de auto controlo, de participação, de objetivo, de objetivo estratégico, de objetivo processual, de resultado, de indicadores, de metas, de missão, etc.

No mesmo documento indicaram-se algumas “regras práticas” do processo de fixação de objetivos (v.g. a necessidade de definir e respeitar a missão, o alinhamento com os objetivos estratégicos, a participação individual, a clareza, simplicidade e concisão, a verificabilidade, a previsão de indicadores) e as regras essenciais de fixação de objetivos no MP (o respeito pela sua missão constitucionalmente consagrada, pela lei, pelos objetivos estratégicos definidos pela Procuradoria-Geral da República e pelas “regras práticas”). Referiram-se, ainda, as principais vantagens da gestão por objetivos e cuidados a ter na transposição das regras de gestão para o MP (p. ex. o planeamento, a objetivação da avaliação, o estímulo, a melhor superação de obstáculos, a maior responsabilização).

A importância primordial do “planeamento” na fixação de objetivos e do seu ponto inicial – o diagnóstico - foi então realçada.

Esses critérios e regras têm sido seguidos no estabelecimento de objetivos em Faro.

Refira-se que este ano surgiu um problema de natureza metodológica prévia que teve de ser resolvido. Na verdade, com a alteração do ano judicial de forma a coincidir com o ano civil, os objetivos passarão a referir-se ao ano civil, isto é, ao período entre o primeiro dia de janeiro e o último de dezembro de um ano. Porém, atendendo, por um lado, a que os objetivos para 2018, segundo o referido despacho, se devem estabelecer

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

agora, em novembro de 2017 e, por outro, a que o estabelecimento de objetivos pressupõe, além do mais, a fixação de um momento anterior que lhe sirva de base e que sirva de base ao respetivo balanço, concluiu-se que o período a considerar não podia deixar de ser, por agora, sem prejuízo de adaptação posterior, o estabelecido anteriormente. Ou seja, o momento a que se referem os objetivos – aquele em que se aferirá se foram cumpridos – continua a ser o último dia de junho.

Assim, na concretização do planeamento, procedeu-se de novo, no corrente ano de 2018, do seguinte modo:

Realizaram-se durante os meses de setembro e outubro reuniões entre a coordenação da comarca e (todos) os procuradores da República de cada juízo do tribunal de Faro e do DIAP (1º e 2º juízo central criminal, 1º e 2º juízo de Família e Menores, 1º e 2º juízo de Trabalho, juízo central cível de Faro, 1º e 2º juízo de Execução, juízo de comércio, bem como colocados nos dois juízos de instrução criminal e coordenadores da cooperação judiciária internacional em matéria penal e das secções e unidades locais e especializadas de Faro, Portimão, Lagos, Silves, Albufeira, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António).

Nessas reuniões, seguindo ordens de trabalhos previamente comunicadas, fizeram-se, além do mais, diagnósticos e balanços dos resultados alcançados.

Assim, em cada unidade orgânica da procuradoria da República da Comarca, identificaram-se os problemas/obstáculos, sobretudo do serviço a cargo do MP mas também do serviço judicial, analisou-se o cumprimento dos objetivos, fez-se, afinal, o ponto da situação, discutiu-se, em concreto, a viabilidade de serem fixados objetivos e planeadas ações e esboçaram-se os próprios objetivos e ações planeadas, procurando-se sempre fazer a articulação com a definição estratégica feita pela Srª Procuradora-Geral da

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

República. Importa sublinhar que, nalguns casos, após discussão, se concluiu que em virtude de o serviço do MP estar em dia e de a maior parte do serviço depender de atuação judicial, não era viável, de momento, estabelecer outros objetivos além dos de manutenção da rapidez e qualidade de resposta do MP, designadamente através de ter todo o seu serviço em dia.

Essas reuniões serviram também como base para a atualização do plano de coordenação da comarca, a que adiante se fará referência autónoma.

Sublinhe-se que foram elaboradas atas de todas as reuniões, entretanto publicadas no SIMP, onde podem ser consultadas por todos os magistrados da comarca e pela hierarquia.

Os diagnósticos das diversas unidades, tal como os instrumentos, os objetivos e as ações planeadas, foram estabelecidos de forma participada, em colaboração entre os magistrados e a coordenação.

Os diversos objetivos parcelares foram compilados e reunidos nos quadros que adiante serão apresentados. Sublinhe-se, no entanto, que apesar de na generalidade dos casos corresponderem às propostas discutidas e apresentadas pelos magistrados, excecionalmente foram objeto de ajustamentos pelo magistrado coordenador da comarca.

3. ATIVIDADE DE COORDENAÇÃO

I – Enquadramento

A coordenação da comarca, quer por razões de serviço público, quer de transparência e de vinculação à lei e obediência à hierarquia, quer de própria eficácia da gestão, tem de prestar contas da sua atividade. Tem de prestá-las quer à hierarquia, quer aos magistrados da comarca, quer à comunidade. A sua atuação tem de poder ser por todos escrutinada e a sua

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

estratégia de todos conhecida. Importa, por essas razões, relembrar agora o que se estabeleceu em sede de coordenação como prioritário para os anos judiciais findos e analisar brevemente o tratamento dado a tais questões, bem como, com base nessa análise, estabelecer as questões prioritárias a tratar pela coordenação no ano de 2018.

Também em relação à coordenação da comarca se fazem diagnósticos e se estabelecem objetivos e planeiam ações, procurando sempre, tanto quanto possível evitar uma “navegação à vista”.

Sublinhe-se que, em qualquer caso, os diagnósticos feitos pela coordenação tiveram em conta, essencialmente, os diagnósticos feitos nas reuniões com os magistrados, bem como dados estatísticos recolhidos do sistema, a observação da dinâmica da comarca e as trocas de impressões mantidas sobretudo com os magistrados do MP mas também com juízes e oficiais de justiça.

II – Problemas definidos como prioritários. Análise do tratamento dado e sua evolução e atualidade.

A atuação da gestão do MP na comarca iniciou-se com a nova organização judiciária e tem como instrumento essencial um “plano de coordenação”. Esse plano foi logo no início da organização judiciária comunicado formalmente à hierarquia e, atualizado anualmente, tem servido de base à programação anual da coordenação. No plano inicial foram identificados cinco problemas prioritários a resolver: *a dispersão e a diversidade de regras de funcionamento do MP; o grande volume, alguma ineficiência e falta de qualidade da cooperação judiciária internacional em matéria penal; o tratamento dado aos grandes números no serviço de inquéritos/DIAP, incluindo o das participações; o tratamento dado aos inquéritos mais complexos e graves; a atuação dos órgãos de Polícia Criminal (OPC) na comarca, especialmente na investigação criminal, designadamente as várias*

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

ineficiências dos OPC, entre elas a enorme diversidade de procedimentos, bem como a necessidade de, em muitos casos, reforçar a efetiva direção do inquérito pelo MP.

Definir esses problemas como prioritários significou, essencialmente, que a eles se dirigiu o esforço prioritário da coordenação.

Na definição da proposta de objetivos de 2015/2016 e de 2016/2017, fez-se uma análise do estado da resolução desses problemas, após o que foram destacados os que deveriam manter-se para o ano seguinte. Foram, também, identificados outros problemas a merecer atenção prioritária da coordenação para o ano em causa. Importa agora relembrá-los, fazer o ponto da situação, analisar a necessidade de manutenção das questões como prioritárias para o ano judicial de 2018, como ponto de partida para a identificação e definição de novas questões prioritárias. Sublinhe-se que no que tiver sido já referido nas propostas de objetivos dos anos anteriores far-se-ão, apenas, referências sintéticas, remetendo-se para esses documentos para análises mais aprofundadas.

a. O primeiro problema, detetado logo no início da nova organização judiciária era *a dispersão e a diversidade de regras de funcionamento do MP na área da nova comarca*, resultado de preexistirem três círculos (Loulé, Faro e Portimão) com regras muito diferentes e com pouca ou nenhuma articulação entre si. Isso criava, necessariamente, grandes dificuldades de gestão do serviço, perdas significativas de eficiência e de eficácia, perpetuação de procedimentos menos adequados, respostas injustificadamente diferentes em situações idênticas, etc.

Nos anos judiciais de 2014/2015 e 2015/2016 esse problema foi tratado, designadamente, no primeiro ano, através da harmonização de procedimentos mediante ordens de serviço e despachos que definiram regras básicas comuns especialmente no DIAP mas também, em todo o

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

serviço, em matéria de substituições, de distribuição de serviço, de atendimento ao público, de comunicação interna, de reuniões, com balanços e diagnósticos e ordens de serviço previamente comunicadas e atas, bem como pela centralização de organização de turnos, de recolha e divulgação de elementos estatísticos; no segundo ano, através de ordens de serviço com regras estruturantes comuns para as várias secções e serviços do MP, com a atribuição à secção especializada de Portimão (2ª secção) do DIAP de competência semelhante, na respetiva área, à anteriormente estabelecida para a 2ª secção (especializada) de Faro do DIAP e com a afetação do mesmo número de magistrados quer nessa secção, quer na local (1ª), com o estabelecimento de boas práticas no inquérito por parte dos OPC, com a criação e divulgação de regras comuns a todo o DIAP de simplificação e racionalização no inquérito e, finalmente, com a criação de regras de articulação entre as fases de inquérito e de julgamento.

O tratamento dado à questão nos dois primeiros anos foi considerado adequado, ou seja, alcançou-se um grau razoável de harmonização no funcionamento do MP na comarca, pelo que a questão deixou, já em 2016, de ser considerada prioritária e entende-se que também para 2018 não deve ser prioridade da coordenação. Isto, naturalmente, sem prejuízo da necessidade de manutenção de tal harmonização continua a ser essencial e dever ser prosseguida na atividade diária quer pela coordenação da comarca, quer pelas coordenações do DIAP.

b. O segundo problema detetado no momento inicial da nova organização judiciária foi o *grande volume, alguma ineficiência e falta de qualidade da cooperação judiciária internacional em matéria penal, quer na fase de inquéritos, quer na de julgamentos*.

Esse problema, depois de estudado em colaboração com a PGR (por intermédio da Senhora Procuradora da República que dirige o Gabinete de Documentação e Direito Comparado e o serviço relativo à cooperação

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

judiciária internacional em matéria penal), foi objeto de tratamento organizativo, ainda em 2014, através de atribuição a uma procuradora da República do DIAP/SIC da coordenação da cooperação judiciária internacional em matéria penal, bem como da definição de algumas regras de transmissão e elaboração das cartas rogatórias expedidas de Portugal, bem como de divulgação de “boas práticas”, quer pelos magistrados do MP, quer pelos juízes da área criminal através do Sr. Juiz Presidente (Ordem de Serviço n. 5/14, de 12/11). Após interrupção em 2015, por razões de saúde da magistrada, a ordem de serviço foi de novo posta em vigor, em 2016, desta feita com outra magistrada.

Tal como sucede com a questão da harmonização de regras e procedimentos, a análise da atual situação da cooperação judiciária internacional em matéria penal na comarca leva a concluir-se que o problema inicialmente identificado foi, em boa parte, resolvido. Na verdade, as regras implementadas e a coordenação exercida pela Sr^a Procuradora da República são adequadas, constituem uma estrutura operativa sólida e não carecem de alterações de fundo.

Continua, por isso, a não ser definido para 2018 como um problema prioritário. Do mesmo modo que com a harmonização isso não significa, naturalmente, que a área de cooperação judiciária na comarca deixe de ser essencial ao bom funcionamento dos serviços. Pelo contrário, a comarca de Faro que, aliás, tem sido perscrutadora na cooperação judiciária em matéria penal e servido de exemplo a muitas outras comarcas, sempre deu e deve continuar a dar uma especial atenção à cooperação judiciária, dadas as suas características, designadamente ligação com o turismo estrangeiro. Não ser a questão definida como um problema prioritário significa apenas que a atenção da coordenação deve continuar a dirigir-se preferencialmente para o acompanhamento do seu funcionamento e melhorias pontuais que a análise dinâmica venha a justificar, sem que se prevejam novas medidas estruturantes ou significativas.

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

c. O terceiro problema inicialmente detetado foi o relativo ao *tratamento dos grandes números no serviço de inquéritos/DIAP, incluindo o das participações*.

Esse problema foi tratado através de criação de (sub)secções de desconhecidos nas secções locais situadas em Faro, Portimão, Loulé e Albufeira, bem como da criação de regras organizativas e de funcionamento dessas subsecções, periodicamente monitorizadas e da divulgação e chamada de atenção para o cumprimento de orientações hierárquicas sobre a utilização de formas simplificadas e consensuais do processo penal.

Sem prejuízo da importância da questão e da absoluta necessidade de monitorização e melhoria de aspetos que vierem a ser identificados e de ser a base para o estabelecimento de alguns objetivos do DIAP, considerou-se em 2015/2016, em 2016/2017 e agora, para o ano de 2018, em termos metodológicos, porque não se vislumbra a necessidade de ações relevantes, não é um problema prioritário.

d. O quarto problema inicialmente detetado foi o do *tratamento dado no DIAP aos inquéritos mais complexos e graves*.

Com a criação de secções especializadas “simétricas” em Faro e em Portimão para o tratamento de tais processos, com a alteração da sua competência e com o alargamento do catálogo de crimes cujos inquéritos dirige a que se procedeu desde 2014, sempre sem prejuízo da necessidade de especial acompanhamento, monitorização e melhoria dos aspetos que se detetem delas carecer a questão volta a não ser prioritária para 2018.

e. O quinto problema prioritário inicialmente detetado foi o da *atuação dos órgãos de Polícia Criminal (OPC) na comarca, especialmente na investigação criminal*. Com efeito, foram observadas várias ineficiências dos OPC, entre elas a enorme diversidade de procedimentos e uma necessidade de, em muitos casos, reforçar a efetiva direção do inquérito pelo MP.

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

Desde então, foram sempre dados passos para a resolução desse problema: em 2014/2015 através do levantamento feito por todos os magistrados do DIAP, em reuniões programadas, das questões a tratar e a alterar. Em 2015/2016 com a compilação e organização das “Boas Práticas” dirigidas aos OPC e com reuniões com esses mesmos OPC divulgação das “Boas Práticas”.

Dada a diversidade a diversidade de órgãos de polícia criminal na comarca, o número de unidades e departamentos, hábitos prolongados que criam resistências passivas e algumas outras especificidades locais o problema manteve-se para 2016/2017 como prioritário.

Assim, no ano que passou, concretizaram-se alguns encontros com os OPC e começou a fazer-se a discussão e elaboração da atualização das Boas Práticas, a cargo de um procurador da República do DIAP. De igual modo, tem sido preocupação dos procuradores da República que coordenam as secções do DIAP o tratamento das questões relacionadas com os OPC que geram ineficiências.

A importância da questão para o serviço a cargo do MP no DIAP e as características próprias da comarca tornam necessário continuar a definir como prioritário o problema relativo aos procedimentos dos OPC, de modo a melhorá-lo e a adequá-lo, ainda mais, aos interesses prosseguidos pelo MP no inquérito.

f. O sexto problema prioritário, este já definido em setembro de 2015, portanto já tendo em atenção a observação da dinâmica da procuradoria, as reuniões e contactos tidos com magistrados do MP, com juízes, oficiais de justiça e outros intervenientes, bem como a definição dos objetivos estratégicos trianuais e anuais feita pela PGR, foi o relativa à *falta de adequada articulação entre o MP na fase de inquérito e o MP na fase de*

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

juízo, ou seja, entre o DIAP e os juízos centrais ou locais criminais (ou genéricas).

Resumidamente, com a crescente especialização e, em muitos casos, o aumento da distância física entre as instalações dos magistrados de uma e de outra fase, bem como com a circunstância de os procuradores da República das secções criminais terem deixado, por força daquela especialização, de exercer funções de coordenação geral como sucedia anteriormente, verificaram-se maiores dificuldades na comunicação entre as duas fases que podem perturbar o objetivo final do processo penal. A atuação do MP no processo penal deve, na verdade, ser vista como um todo, sob pena de as suas funções não serem convenientemente desempenhadas.

Em 2015/2016 foram criados mecanismos de articulação através da ordem de serviço 9/15, de 28/10, que instituiu regras para a transmissão pelos magistrados das (então) secções criminais de elementos relevantes para a atuação do DIAP, bem como a obrigação de serem realizadas reuniões periódicas entre magistrados das duas fases para analisar as questões relacionadas com o juízo e a sua ligação com a investigação.

O balanço entretanto feito mostrou que tais regras não tiveram em 2015/2016 a aplicação desejável – mais numas localidades do que noutras foram feitas algumas comunicações de casos relevantes entre ambas as fases, mas ainda de modo esporádico e insuficiente. Não foram ainda feitas as reuniões programadas entre procuradores da República de uma e outra fase.

Daí que se tenha definido a questão como prioritário também para o ano judicial de 2016/2017. Planeou-se incrementar a articulação, designadamente através de insistências junto dos respetivos magistrados, em reuniões e por ofícios, quer para a troca de informações relativas a

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

casos relevantes, quer para a realização das reuniões programadas, se necessário por convocação de coordenação.

Sublinhe-se que a articulação entre essas fases é um objetivo prioritário estabelecido pela Senhora PGR quer na definição de objetivos trianuais, quer na de objetivos anuais.

Na concretização do planeado, foi chamada a atenção para a questão nas reuniões de coordenação, quer da comarca com o DIAP, quer, em geral, dos coordenadores de secções do DIAP com os procuradores-adjuntos. Além disso, baseou o estabelecimento de objetivos para os juízos criminais e deu origem à O.S. 7/17, da coordenação da comarca. Esta ordem de serviço, intitulada, precisamente, " Articulação entre o MP no DIAP e o MP na fase de julgamento (e na fase de Instrução) " feita na sequência de balanços da situação, considerou que os mapas mensais de serviço nos juízos criminais instituídos pela Ordem de Serviço 9/15, da coordenação da comarca, mostram a sua utilidade, quer para o conhecimento pela coordenação e pelos próprios magistrados do volume e tipo de serviço do MP nos juízos criminais, quer para o conhecimento do resultado genérico das acusações produzidas pelo DIAP. Mas que quanto à obrigação de comunicações de sentenças prevista no ponto 2 dessa ordem de serviço, os balanços feitos apontam para um nível insuficiente de aplicação e, por isso, de eficiência, ou seja, mostram serem necessários alguns ajustamentos de forma a simplificarem-se os procedimentos e a incrementar-se uma adequada articulação e a melhoria do serviço. Procedeu, por isso a ajustamentos nessa obrigação de comunicação e na obrigação de realização de reuniões entre magistrados de ambas as fases.

Em 2018 será essencial monitorizar a aplicação dessa ordem de serviço e, se for necessário, promover por outros modos a sua aplicação pelos magistrados a que se dirige. No entanto, uma vez que não se prevê a

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

necessidade de medidas relevantes ou alterações estruturais, considera-se que deixa de ser um problema prioritário a resolver.

g. A sétima questão prioritária definida pela coordenação, ligada à primeira de articulação, consistia na *necessidade de retorno do serviço prestado pelo MP na fase de julgamentos criminais*. A criação de um sistema de registo dos dados necessários pelos magistrados foi feita pela 9/15, de 28/10, e tais dados passaram desde então a ser compilados na coordenação da comarca e a servirem de base a mapas que são mensalmente distribuídos por todos os magistrados da área criminal. Sendo, como já se referiu, o balanço relativo a esses mapas positivo, e continuando a não ser possível, ainda, criar uma aplicação informática que substituísse os mapas, em virtude de não ter sido obtida resposta ao pedido de autorização da PGR para celebração de protocolo com a Universidade do Algarve, considera-se que a questão deixou de dever ser considerado um problema prioritário a resolver pela coordenação.

h. A verificação, através dos vários indicadores estatísticos utilizados na comarca, de *significativas discrepâncias na resposta dada pelo DIAP*, sobretudo em termos de tempo médio de duração de inquérito e de pendência, levou à definição de outra área prioritária. Na verdade, observaram-se então grandes variações nesses indicadores entre as várias secções do DIAP da comarca e entre muitos dos respetivos magistrados, mesmo tendo em conta o volume de entradas e o restante serviço a seu cargo, que revelaram a necessidade de, nalguns casos, se adotarem diferentes metodologias na direção e andamento dos inquéritos. Programou-se fazer isso em colaboração com os Procuradores da República, especialmente através dos objetivos e ações a seguir descritos, mas também em reuniões de coordenação e em instrumentos de monitorização.

Na concretização desse planeamento, foram estabelecidos objetivos individualizados de pendências, taxas de resolução e de encerramento de

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

inquéritos mais antigos; foi, também, em reuniões de coordenação, incrementado o controlo dos atrasos através do sistema informático por parte dos respetivos procuradores da República e do coordenador da comarca, com envio de ofício em casos de atrasos superiores a 45 e 90 dias.

Contribuiu para o tratamento dessa questão, também, o estabelecimento de regras de simplificação e racionalização nos inquéritos através da Ordem de Serviço 2/16, de 28/2, da coordenação.

Já em 2016 a análise dos resultados obtidos no DIAP, a que adiante se fará referência autónoma, permitiu verificar uma evolução claramente positiva nas discrepâncias identificadas. No entanto, continuaram a existir diferenças muito grandes entre secções e magistrados do DIAP, sobretudo a nível de pendência e de taxas de resolução (aqui entendidas como a relação entre o número de inquéritos pendentes e o número de inquéritos entrados num ano) que a análise dos contextos (sobretudo da relação entre volume de serviço e o número de magistrados e oficiais de justiça em exercício efetivo de funções) leva a imputar, em grande parte, a métodos de organização do serviço e de direção do inquérito inadequados.

A questão, enunciada então como sendo de "métodos de organização do serviço e de direção do inquérito manteve-se, por isso, como prioritária para 2016/2017.

No entanto, como então se referiu e agora se volta a referir, é um problema que uma (ou várias) ordens de serviço não podem, por si só, resolver. O método de trabalho de cada magistrado tem raízes em fatores externos às coordenações - na sua formação inicial, na sua experiência profissional, na sua formação complementar, no contacto com os seus pares, nos serviços por onde passou, na sua própria forma de ver o mundo e o Ministério Público, nas suas circunstâncias pessoais e familiares, etc. As coordenações

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

podem e devem, porém, atuar positivamente no métodos de trabalho através da valorização e monitorização da qualidade e rapidez de resposta, da racionalização e simplificação de procedimentos, da análise do funcionamento do serviço e colaboração na retirada de bloqueios, da ajuda na discussão de questões, do apoio e exemplo funcional, etc.

Por outro lado, há a tendência generalizada para desaproveitar o “erro” como instrumento eficaz de gestão. Na verdade, o “erro” tende a ser visto apenas como podendo influenciar a avaliação (ou punição) quando é certo que para a gestão ele deve apenas ser visto como oportunidade para melhorar o serviço através da compreensão da sua dinâmica e da forma de, no futuro, evitar o que levou a ele.

Assim, embora sem se programarem ações “radicais”, projetou-se para o ano de 2016/2017 incrementar a monitorização pelas coordenações dos indicadores relevantes, a sua inclusão em reuniões com magistrados e em orientações para oficiais de justiça, a promoção de discussão de métodos de trabalho e de casos em reuniões, etc.

Os resultados que o balanço de 2016/2017 demonstra não são significativos. Importa, por isso, em moldes semelhantes, renovar a questão como prioritária para 2018. Designadamente em reuniões – nas agora determinadas pela ordem de serviço 7/17, entre os magistrados dos inquéritos e os dos juízos criminais e instrução, mas, também, em todos as reuniões realizadas entre os procuradores da República com funções de coordenação e os magistrados do DIAP - deve procurar debater-se os métodos de trabalho, o sucesso ou insucesso da atuação do MP, os bloqueios do sistema, etc.

i. Já em 2016 se definiu como prioritário o problema relativo ao sistema informático “citius/habilus” e na perspetiva da correção, atualização e harmonização do registo de dados, bem como, na medida do possível, à

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

inclusão de dados considerados relevantes que neste momento não são registados.

Com efeito, como então se referiu, O sistema informático “citius/habilus” é atualmente o principal meio de recolha de dados estatísticos de funcionamento dos serviços. É, por isso, essencial à gestão do serviço, quer a que é feita pela coordenação da comarca, quer a que é feita pelas variadas coordenações, quer a que é feita pelos magistrados.

Além das consabidas insuficiências e limitações técnicas do próprio sistema, verifica-se que a sua utilidade e a credibilidade dos dados dele retirados são significativamente afetados por incorreções, não atualizações e não harmonização dos registos dos dados por parte dos serviços.

Por outro lado, alguns dados essenciais à gestão dos serviços não estão a ser introduzidos no sistema, o que significa que partes significativas da atividade do MP não são conhecidas.

No decurso do ano de 2016/2017, deu-se, como planeado, uma especial atenção à correção, atualização e harmonização do registo de dados no sistema.

Fez-se, assim, um levantamento das principais incorreções e discrepâncias no registo no sistema, foram elas monitorizadas frequentemente a nível de coordenação da comarca, as incorreções foram frequentemente comunicadas às chefias dos funcionários tendo em vista a sua resolução.

Foram, na concretização desse planeamento, elaborados dois instrumentos que procuraram resolver alguns desses problemas :

O despacho n. 3/2017, de 30/6, da coordenação da comarca, intitulado “ DIAP – Ajustamentos de procedimentos relativos ao sistema informático”, o qual, após levantamento e discussão de problemas e soluções, com

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

magistrados e funcionários instituiu diversas regras procedimentais, designadamente relativas à data de autuação do inquérito, ao registo e tramitação de traslados, à distribuição no sistema de inquéritos às secções especializadas, aos vistos em correição na complexidade "TO, ao webservice e a omissões ou incorreções de registo.

A O.S. n. 1/2017, da Senhora Administradora Judiciária, relativa a procedimentos dos serviços de apoio do MP (funcionários do MP) feita em estreita articulação com a coordenação da comarca.

Neste momento, considera-se que foram tomadas as medidas que se entende serem adequadas à resolução do problema. Daí que, apesar de ser essencial monitorizar a situação durante 2018 e verificar se as medidas são, efetivamente aplicadas e contribuem, efetivamente, para a resolução do problema, o problema não seja considerado prioritário.

j. O último problema definido como prioritário foi o relativo à comunicação do MP com a comunidade, designadamente através do portal do MP.

Algumas regras de utilização do portal e de divulgação da atividade a nível de comarca foram definidas no despacho n. 8/2015, da PGR.

A partir de então, em Faro tem-se feito um esforço para incrementar essa comunicação. Nessa linha, a ordem de serviço nº 1/2016, da coordenação de Faro, criou regras e critérios para assegurar a recolha sistemática de informação passível de publicação e relativos à organização da cadeia de comunicação.

A implementação dessas regras tem sido crescentemente feita e, consequentemente, a divulgação de informação no Portal do MP de Faro, sempre com o importante apoio do gabinete de imprensa da PGR, tem vindo a intensificar-se designadamente no ano em balanço. Na verdade, foram publicados no portal várias dezenas de notas ou comunicados, sendo

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

já bastante elevado o número médio mensal de visualizações. Aliás, segundo os dados de acessos e visualizações divulgados em 2017 pela PGR, o Portal da Procuradoria de Faro situa-se nos lugares cimeiros, não só em termos relativos, como, nalguns casos, absolutos.

Como se planeou, foram feitas chamadas de atenção sobre o assunto em todas as reuniões de coordenação.

A generalização da sinalização de casos suscetíveis de divulgação e a sua rapidez, essenciais à adequada comunicação, foram definidos e devem continuar a ser definidos como prioritários.

De igual modo, a articulação na divulgação de notícias com dois dos principais Órgãos de Polícia Criminal – a Polícia Judiciária e a Guarda Nacional Republicana, responsáveis pela investigação dos casos mais graves e do maior número de inquéritos no Algarve – tem vindo a ser feita como sucesso, concretizando-se no acordo de troca de informações prévia à publicação e na referência ao MP e ao DIAP como entidades que dirigem os respetivos inquéritos - é importante aprofundar essa articulação. No entanto, deve incrementar-se tal articulação no ano de 2018.

Assim, a questão da comunicação do MP com a comunidade, designadamente através do portal da procuradoria de Faro, deve ser considerada prioritária para o ano de 2018. Nessa linha, continua a programar-se a inclusão de chamadas de atenção para a necessidade de sinalização dos casos publicáveis em ordens de trabalho de todas as reuniões de coordenação, especialmente as do DIAP.

k. Prioritário para 2018 entende-se agora também dever ser a melhoria da resposta ao fenómeno da violência doméstica, quer da parte do MP, quer de outras instituições relacionadas. Na verdade, aproveitando-se a disponibilidade manifestada por uma Senhora Procuradora-adjunta no DIAP e com base no seu trabalho, tem-se começado a preparar um protocolo de

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

colaboração entre várias instituições, que se planeia discutir agora entre os magistrados, obter a aprovação hierárquica e discutir com as instituições, de modo a verificar a sua aceitação e adequação e, caso se preencham as condições, a celebrá-lo no decurso de 2018. Nesse âmbito, procurar-se-à preparar a criação de gabinetes de resposta integrada e melhorar o atendimento das vítimas, sempre que possível através da disponibilização de espaços próprios, adequados ao fenómeno.

4. METODOLOGIA NO DIAP

A metodologia usada no estabelecimento de objetivos no DIAP merece uma referência autónoma:

Em reuniões com os procuradores da República com funções de coordenação no DIAP foram discutidos e definidos alguns pressupostos operativos essenciais ao estabelecimento de objetivos e sua monitorização.

Assim, estabeleceu-se:

- que o período a considerar para efeitos de cálculo e monitorização dos objetivos seria o situado entre 1/7/16 e 30/7/17, sem prejuízo de monitorização a meio do período ;
- a forma como os dados seriam obtidos – através do citius, exceto os das Suspensões Provisórias do Processo (SPP) que, por o citius não fornecer os dados necessários, se obterão através do respetivo módulo do SIMP.
- a forma de calcular a percentagem de utilização das formas simplificadas: Percentagem da soma de SPP + Abreviados + Sumários + Sumaríssimos + 280º CPP, face à soma dos SPP + Abreviados + Sumários + Sumaríssimos + 280º CPP + Acusações Tribunal Singular + Acusações Tribunal Coletivo + Acusações em

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

16/3 + Acusações Júri, ou seja, $[n^{\circ} \text{ total simplificados} \times 100] : [n^{\circ} \text{ total onde foram recolhidos indícios de crime}]$

- que os objetivos deveriam referir-se e ser revelados por cinco indicadores : pendência mensal de inquéritos, taxa de resolução (rácio entre os inquéritos pendentes e os entrados durante um ano), antiguidade de inquéritos pendentes por ano de registo, taxa de inquéritos pendentes há mais de 8 meses em relação ao total de inquéritos pendentes e percentagem de formas simplificadas de processos em relação ao total de processos indiciados.

Daí que esses cinco objetivos sejam comuns a todas as (9) secções genéricas do DIAP de Faro e, em parte, às duas secções especializadas, bem como aos objetivos gerais do DIAP, como dos quadros adiante apresentados resulta.

Foram também comunicadas e discutidas, nessas reuniões, e, em seguida, fixadas como orientações genéricas, as tendências desejáveis para os objetivos, ou seja, em que medida a pendência, a taxa de resolução, a antiguidade dos inquéritos e a taxa de inquéritos pendentes há mais de 8 meses, bem como a utilização das formas simplificadas e SPP deveriam variar.

Depois, os Procuradores da República com funções de coordenação reuniram com os procuradores-adjuntos das secções que dirigem, fizeram análise e diagnóstico individuais do serviço, estabeleceram de forma participada os objetivos processuais individuais e apresentaram-nos, com os das respetivas secções, ao coordenador da comarca para servirem de base à proposta que adiante se enunciará. Sublinhe-se que foram, assim, discutidos e estabelecidos objetivos individuais para todos os Senhores procuradores-adjuntos das secções e unidades do DIAP da comarca, enquadrados nos objetivos propostos pela coordenação e definidos pela Procuradoria-Geral da República. Esses objetivos (propostas) foram (ou serão ainda) comunicados pelos procuradores da República com funções de

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

coordenação aos magistrados e secções e serão monitorizados no decurso do ano judicial, em 1 de fevereiro de 2018.

Refira-se que em termos gerais, analisada a situação de todo o DIAP, parece razoável apontar para os seguintes critérios orientadores de estado de letras sublinhando-se, porém, de forma vincada, que são relativos e aproximados, uma vez que não têm em conta circunstâncias específicas como distribuições concentradas, estado das letras no início de funções, exclusividade nos inquéritos, etc. No entanto, são operativos e devem ser tidos em conta quer pelos procuradores-adjuntos, quer pelos procuradores da República com funções de coordenação:

	Pendência	% Resolução	% Pendentes +8m	% simplificados/ indiciados
Ideal	< 250	< 30	< 20 (do total)	> 65
Muito Positivo	250 – 300	30 – 35	20 – 25	61 – 65
Positivo	301 – 350	36 – 40	25 – 30	55 – 60
Excessivo	351 – 400	41 – 50	31 – 35	-
Muito excessivo	> 400	> 50	> 35	-

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTABELECIDOS

I – Considerações Gerais

Ao contrário do que sucede com o plano de coordenação acima apresentado, em que, com o propósito de prestar contas sobre o desenvolvimento da atividade de coordenação expus todo o processo de definição, escolha e atuação sobre os problemas prioritários, na análise do cumprimento dos objetivos estabelecidos procurarei, por razões de eficácia, apontar os resultados alcançados de forma tão objetiva possível. Mas é importante sublinhar que por detrás da definição dos objetivos e dos

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

resultados alcançados que esquematicamente enunciarei esteve um trabalho de análise estratégica e de coordenação muito significativo por parte dos procuradores da República que dirigem as secções do DIAP, designadamente em reuniões de coordenação e na ponderação e elaboração das propostas. De igual forma, o modo esquemático de apresentação dos resultados não deve fazer esquecer o esforço de análise e de planeamento feito por muitos dos procuradores da República colocados nas Instância Central.

Aliás, apesar do carácter ainda inovador do estabelecimento de objetivos nos serviços de justiça, a generalidade dos magistrados da Comarca de Faro tem participado de forma muito empenhada na sua discussão, análise e avaliação. Com raras exceções não se limitaram a aceitar passivamente, como o cumprimento de uma mera formalidade, os diagnósticos do trabalho efetuado e a programação do trabalho a realizar, mas usaram-nos como forma de melhor conhecerem o seu próprio serviço e de melhorarem o serviço prestado aos cidadãos.

Acresce que tendo, frequentemente, os objetivos estabelecidos sido efetivamente desafiantes, foram eles, em muitos casos, por vezes até com surpresa dos próprios magistrados, alcançados. Apesar de ser uma evidência importa sempre lembrá-la : isso só é possível porque, muitas vezes com sacrifício pessoal e familiar, ocasionalmente aparentando uma postura mais crítica ou menos colaborante, afinal, todos ou quase todos os procuradores-adjuntos e procuradores da República de Faro exercem as suas funções com assinalável dedicação e grande brio profissional.

II – DIAP

a. Resultados globais

Em termos globais, foram positivos os resultados do DIAP no ano judicial findo. Na verdade, com exceção da utilização de meios alternativos, todos

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

os indicadores melhoraram e encontram-se, agora, em níveis positivos, muito embora os objetivos estabelecidos não tenham sido atingidos. Assim, a pendência geral diminuiu ligeiramente, cerca de 2,5% (de 9226 para 9010); a taxa de resolução (neste caso, a relação entre o número de inquéritos entrados num ano e o número de pendentes no momento relevante) diminuiu de 36,41% para 33,12 %; esses dois indicadores mostram que o DIAP de Faro está a responder de forma positiva às solicitações, designadamente em termos de eficiência.

Quanto à antiguidade dos inquéritos, notaram-se também melhorias, se bem que ligeiras. Os inquéritos com mais de 8 meses diminuíram de 35% para 32%; terminaram-se praticamente todos os inquéritos anteriores a 2013 e a esmagadora maioria dos de 2013, 2014 e 2015. Há no entanto algumas secções onde continuam pendentes processos antigos, pelo que importa, aí, fazer um esforço sistemático de pôr-lhes termo, sempre sem prejuízo da lei.

Finalmente, a utilização de meios alternativos diminuiu muito ligeiramente – de 58% para 57%. A variação é muito pequena, o que inviabiliza descortinar as causas, sendo provável que tenha sido consequência de variações na atuação dos OPC, designadamente nas detenções em flagrante delito para sumário.

Refiram-se, finalmente, os números relativos às entradas de inquéritos, dados esses que condicionam, naturalmente, a análise dos resultados : houve um aumento de cerca de 1.000 inquéritos entrados – de 24.498 para 25.404 – o que corresponde a um acréscimo de cerca de 4%.

Escusado será referir que, tal como sucede em relação aos objetivos globais do DIAP, a análise dos resultados obtidos em 2016/2017 nas secções e unidades do DIAP e, individualmente, por magistrado, condicionou os objetivos concretamente estabelecidos para 2018.

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

b. Secções e unidades locais:

- ✓ A 1ª Secção de Faro superou largamente os objetivos estabelecidos para a taxa de resolução (o objetivo era 37,5%, alcançou 33%) e para a pendência de processos com mais de 8 meses (o objetivo era situar-se abaixo dos 27,5% e alcançou 24%). Não alcançou os restantes objetivos. A pendência, que devia ser mais baixa, manteve-se idêntica, cerca de 1230.
- ✓ A 2ª secção de Faro não alcançou os objetivos, muito embora os indicadores, já em níveis positivos, não tenham sofrido variações significativas.
- ✓ A 1ª Secção de Portimão, cujos indicadores revelavam, no período anterior, bastantes problemas, teve uma evolução marcadamente positiva. Alcançou os objetivos estabelecidos para a pendência (o objetivo era situar-se entre os 1300 e os 1400 inquéritos e situou-se nos 1366) e para a taxa de resolução (o objetivo era ter uma taxa inferior a 35% e acabou o período com uma taxa de 33%). Apesar da melhoria dos restantes indicadores e da aproximação aos objetivos estabelecidos, não os alcançou.
- ✓ A 2ª secção de Portimão não alcançou os objetivos, embora os indicadores se mantenham estáveis e em níveis positivos.
- ✓ A secção de Loulé, apesar de apresentar, em geral, indicadores bastante positivos e de se ter aproximado dos restantes objetivos, apenas alcançou o fixado para a taxa de resolução (objetivo de 34%, alcançou 32%). Notaram-se ligeiras melhorias no tratamento dos inquéritos mais antigos.
- ✓ A secção de Albufeira foi a que apresentou melhores resultados. Com exceção da utilização dos meios alternativos, que diminuiu cerca de 4%, todos os restantes indicadores melhoraram e os respetivos objetivos foram alcançados. Assim, o objetivo da pendência (1.100) foi largamente superado (978); o da taxa de resolução (27%) foi

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

alcançado (24%); o de percentagem de inquéritos pendentes com mais de 8 meses (30%) foi também claramente alcançado (27%).

- ✓ A unidade de Vila Real de Santo António não alcançou nenhum dos objetivos e viu todos os indicadores (com exceção da utilização de meios alternativos) piorarem, sendo certo que já não eram positivos.
- ✓ A unidade de Tavira não alcançou os objetivos estabelecidos. No entanto, os indicadores tiveram alterações pouco significativas, sendo certo que eram – e se mantiveram – claramente positivos no início do período considerado. Na verdade, a pendência, a taxa de resolução e a antiguidade de processos em Tavira estão muito próximos dos ideais.
- ✓ A unidade de Olhão melhorou de forma assinalável, para níveis que, agora, se podem considerar claramente positivos. Alcançou praticamente todos os objetivos – e eram ambiciosos. Assim, alcançou uma pendência de 899 inquéritos (o objetivo era de 956); uma taxa de resolução de 33% (o objetivo era entre 35% e 40%); uma percentagem de utilização dos meios alternativos de 67% (o objetivo era entre 63º e 65%). Apesar de ter diminuído claramente (de 49% para 35%) o objetivo da percentagem de processos com mais de 8 meses (29%) não foi alcançado.
- ✓ A unidade de Silves não alcançou os objetivos fixados. A pendência, a taxa de resolução e a percentagem e número de processos antigos pioraram ligeiramente, sem que, porém, tivessem deixado de ser globalmente positivos. A utilização de meios alternativos melhorou claramente.
- ✓ A unidade de Lagos alcançou o objetivo da pendência (o objetivo era 780 e alcançou 766) e o da taxa de resolução (o objetivo era 40%, alcançou 38%). Aproximou-se dos restantes objetivos. A assinalável recuperação que teve lugar, sobretudo, em 2015/2016, continuou no ano em análise, embora agora de modo mais suave, o que é compreensível face aos níveis positivos já atingidos.

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

III – Juízos de Trabalho

a. 1º Juízo (Faro)

Na análise do serviço, dominou a verificação do aumento muito significativo de ações propostas pelo MP em patrocínio de trabalhadores, em especial de vigilantes aeroportuários contra a empresa PROSSEGUR.

Os objetivos estabelecidos foram na sua maioria atingidos. O despacho manteve-se sem atrasos e o serviço sem acumulações. Os cidadãos são atendidos, em regra, sem marcação prévia. Não foi realizada a reunião planeada com o MP do juízo de trabalho de Portimão.

b. 2º Juízo (Portimão)

A preocupação dominante foi a de melhorar o atendimento ao público e facilitar o acesso aos cidadãos.

Os objetivos estabelecidos foram atingidos. O despacho manteve-se sem atrasos e o serviço sem acumulações. O atendimento ao público faz-se de modo a evitar a deslocação de cidadãos várias vezes aos serviços. Foi incrementada a articulação com a ACT, através designadamente de uma reunião na qual participaram, também, os Senhores Juízes, na qual se procurou melhorar as decisões administrativas. Foi realizada a reunião programada com a colega do juízo de comércio, para discussão de questões comuns e melhoria da articulação.

IV – Juízos Criminais/Serviço Criminal

Nas reuniões de coordenação, tendo-se constatado que o serviço do MP estava em dia, a preocupação dominante foi a de manter tal situação.

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

Os objetivos fixados foram alcançados (manutenção do serviço do MP em dia e da articulação entre juízos locais e centrais e DIAP e juízos centrais, estes, porém, continuando a carecer de incrementação).

V – Juízo Central Cível (Faro) e serviço Cível das Instâncias Locais

Tendo-se verificado que o serviço cível da comarca estava em dia, sem atrasos ou acumulações, a preocupação dominante foi mantê-lo assim e manter o apoio dado pela coordenação setorial aos procuradores-adjuntos dos juízos locais.

Assim, o 1º objetivo fixado (manutenção da celeridade da resposta do MP através de chamadas de atenção para os prazos dos despachos deverem ser sistematicamente cumpridos) foi alcançado. Foi realizada uma das duas reuniões programadas entre o coordenador setorial e os procuradores-adjuntos para diagnóstico do seu serviço, levantamento e discussão de questões e apoio.

VI – Juízo de Comércio (Olhão)

Verificou-se que as características próprias da secção de comércio não permitiam o estabelecimento de objetivos quantitativos ou qualitativos exteriores à celeridade de resposta do MP. Assim, a manutenção do serviço do MP em dia, estabelecida como objetivo, foi assegurada.

VII – Juízos de Execução

a. 1º Juízo (Loulé)

Considerou-se que as características próprias do serviço de execução não viabilizavam a definição de objetivos que não os relacionados com a celeridade. Assim, o único objetivo estabelecido foi atingido (manutenção

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

do serviço do MP em dia, quer o específico da secção de comércio, quer o cível da Instância Local, também a cargo da magistrada ali colocada)

b. 2º Juízo (Silves)

A principal preocupação continuou a ser de melhorar a eficiência do MP e o atendimento ao cidadão.

Os objetivos foram globalmente atingidos: o serviço manteve-se sem atrasos e sem acumulações; foram feitos contactos com responsáveis por repartições de finanças, com solicitadores e agentes de execução, de modo a melhorar a comunicação entre ambas as instituições e a eficiência da atividade do MP; adotaram-se procedimentos simplificados.

VIII – Juízos de Família e Menores

a. 1º Juízo (Faro)

Os objetivos estabelecidos foram, em geral, alcançados. Aumentou-se o contacto com as CPCJ. Não se elaborou, porém, como planeado, um documento que sistematizasse os procedimentos que o MP entende deverem ser tomados pelas CPCJ e outras entidades de forma a melhorar o serviço.

b. 2º Juízo (Portimão)

Foi feito um balanço positivo do ano. Os objetivos foram globalmente alcançados. Continuou-se a melhorar a eficiência, através da simplificação e padronização de procedimentos e dos contactos informais com os cidadãos. A pendência, em regra, diminuiu. Foram feitas deslocações/reuniões, na maior parte dos casos com a periodicidade estabelecida (dois em dois meses) com a CPCJ. Os magistrados participaram em iniciativas ligadas à infância e juventude e visitaram todas as instituições de acolhimento de

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

crianças e jovens da área da jurisdição de Portimão. Apesar de terem sido feitos alguns contactos com o núcleo de infância e juventude do ISS, não se chegou a realizar a reunião planeada.

6. OBJETIVOS E AÇÕES PLANEADAS

Os objetivos processuais estabelecidos para o ano de 2018 e as ações planeadas para o DIAP e procuradorias da comarca constam esquematicamente dos seguintes quadros.

Faro, 15 de novembro de 2017

O Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca de Faro



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

Procuradoria da República da Comarca de Faro
- Coordenação -

ANEXOS

Quadros - Objetivos processuais estabelecidos para o ano de 2018 e as ações planeadas para o DIAP e Secções da Comarca.^[vinte e dois (22)].



Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP de Faro (Quadro Geral)

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 9010	8.600	C.1		
II	Taxa de Resolução : 33,12%	30%	C.1		
III	Antiguidade do Registo : < = a 2010 = 2 De 2011 = 4 De 2012 = 5 De 2013 = 53 De 2014 = 200 De 2015 = 651	<2014 = 0; 2015 e 2015= 25%	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 32,16%	30%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 56,56%	62%	C.1; B.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Faro - 1ª Secção

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 1229	1150	C.1		
II	Taxa de Resolução : 33,36%	30%	C.1		
III	Antiguidade do Registo: (<=) 2013 = 4; 2014 = 15; 2015 = 58	(<=) 2013 = 0; 2014 = - 80% (3); 2015 = - 75% (16); 2016 = -50% (173)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 24,25%	Manter (290/24%)	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 56,15%	65% (Global) - 45% (1ª Secção)	C.1; B.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Faro - 2ª Secção

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 462	432 (-5%)	C.1		
II	Taxa de Resolução : 38,62%	37%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	não aplicável	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : (160) 34,63%	152 (-5%)	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações)	não aplicável	C.1; B.1		

Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Portimão - 1ª Secção

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 1366	entre 1000 a 1150	C.1		
II	Taxa de Resolução : 32,83%	<= 30%	C.1		
III	Antiguidade do Registo : < = 2013 = 10 2014 = 25 2015 = 138	terminar todos os inquéritos registados antes de 31.12.2012 (1); terminar todos os inquéritos registados antes de 31.12.2013 (9); terminar 75% dos inquéritos registados antes de 31.12.2014 (18); terminar 75% dos inquéritos registados antes de 31.12.2015 (81); terminar 75% dos inquéritos registados antes de 31.12.2016, (25-10-17 = 275), com exeção dos processo suspensos provisoriamente	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 37,41%	<= 30%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 55,24%	60%	C.1; B.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Portimão - 2ª Secção

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 454	420	C.1		
II	Taxa de Resolução : 44,61%	40%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	não aplicável	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses	não aplicável	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações)	não aplicável	C.1; B.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Loulé

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 1159	1115	C.1		
II	Taxa de Resolução : 32,28%	31,50%	C.1		
III	Antiguidade do Registo: 2013 = 8; 2014 = 18; 2015 = 57	2013 = 0; 2014 = - 80% (3); 2015 = -72,5% (16); 2016 = - 50% (160)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 27,87%	26,25%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 64,83%	Manter no global (55% só na secção)	C.1; B.1		

Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Albufeira

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 978	< =1000	C.1		
II	Taxa de Resolução : 24,15%	< 25%	C.1		
III	Antiguidade do Registo: < = 2013 = 5 2014 = 11 2015 = 59	Terminar todos os inquéritos registados antes de 31.12.2013; Terminar 80% dos inquéritos registados antes de 31.12.2014; Terminar 75% dos inquéritos registados antes 31.12.2015; Terminar 60% dos inquéritos registados antes de 31.12.2016 (excluídos os processo suspensos provisoriamente)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 26,79%	<= 27%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 53,40%	62%	C.1; B.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/VRSA (Vila Real de Sto. António)

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 638	542 (-15%)	C.1		
II	Taxa de Resolução : 49,88%	39%	C.1		
III	Antiguidade do Registo: < = 2013 = 10 2014 = 30 78 2015 = 78	Terminar todos os Inquéritos de 2014 e anos anteriores (40); Terminar 75% dos registados em 2015 e 2016, pendentes no dia 1 de Julho de 2017 (78 de 2015 e 209 de 2016)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 305	162 (30% dos inquéritos pendentes 542)	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 51,89%	62%	C.1; B.1		

Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Tavira

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 325	309 (-5%)	C.1		
II	Taxa de Resolução : 27,73%	26%	C.1		
III	Antiguidade do Registo: 2014 = 2 2015 = 11	Terminar todos os inqueritos de 2014 e anteriores pendentes em 1/7/17 (2 de 2014); Terminar 75% dos de 2015 e 2016, pendentes em 1/7/17, (7 de 2015 e 84 de 2016)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 71	64 (-10%)	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 56,67%	60%	C.1; B.1		

Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Olhão

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 899	850 (-5%)	C.1		
II	Taxa de Resolução : 33,82%	30%	C.1		
III	Antiguidade do Registo: < = 2013 = 14 2014 = 26 2015 =94	Terminar todos os Inquéritos entrados em 2014 e anos anteriores pendentes no dia 1/7/17 (39); Terminar 75% dos inquéritos registados em 2015 e 2016 pendentes em 1/7/17 (95 de 2015 e 260 de 2016)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 321	243 (30% do total da pendência)	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 67,19%	62%	C.1; B.1		

Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Silves

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 734	700	C.1		
II	Taxa de Resolução : 39,24%	30%	C.1		
III	Antiguidade do Registo: < 2013= 3 2014 = 15 2015 = 54	<2014 = 0; 2014 e 2015 = 20	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 33,11%	32%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 45,54%	56%	C.1; B.1		

Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS
2018 - Quadro Síntese

DIAP/Lagos

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Pendência : 766	750	C.1		
II	Taxa de Resolução : 38,21%	37%	C.1		
III	Antiguidade do Registo: 2014 = 13 2015 = 52	2014 e 2015 = 15	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 34,99%	32%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 55,32%	60%	C.1; B.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Faro - Procuradoria da República - 1º Juízo de Trabalho

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Manutenção do despacho sem atrasos e do serviço sem acumulações	C.1	C.1	
II	Realização de, pelo menos, uma reunião entre as duas procuradorias de trabalho (Faro e Portimão) para levantamento, discussão e procura de soluções para questões comuns.	B.2; B.5	C.1 C.1	

Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Faro - Procuradoria da República - 1º Juízo de Família e Menores

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Melhorar o tempo de resolução dos processos através da simplificação e padronização de procedimentos	C.1		
II	Aumentar os contactos com as CPCJ, bem como com entidades ligadas à proteção de crianças e jovens. Devem ser feitas reuniões pelo menos de 3 em 3 meses.	B.5; A.7		
III	Elaboração de um documento de "Boas Práticas" que sistematize os procedimentos que o MP entende que as CPCJ e outras entidades que contactam o MP devem ter, de modo a melhorar o serviço e a melhor serem cumpridos os objetivos da jurisdição. O documento deverá ser elaborado por um dos magistrados do juízo e discutido pelos restantes e pelo coordenador da comarca.	B.5; A.7		



Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Faro - Procuradoria da República - 1º Juízo Central Criminal

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-07-2018	Resultados 01-07-2018
I	Manutenção em dia do serviço do MP	B.8	C.1	
II	Incremento da articulação com o DIAP através da realização de, pelo menos, uma reunião com os respetivos procuradores da República para estudo de casos relevantes e discussão de boas práticas	B.3; B.2	C.1	
III	Contactos com os procuradores-adjuntos dos juízos locais para aferir do seu relacionamento com os juizes, apurar de eventuais dificuldades sentidas nos julgamentos, do teor de decisões judiciais, etc.	B.8; B.2	C.1	
			C.1; B.1	



Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Faro - Procuradoria da República - 1º Juízo Central Cível

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Manutenção da celeridade de resposta do MP na área cível	C.1	C.1	
II	Realização de, pelo menos, uma reunião entre o coordenador setorial e os procuradores-adjuntos dos juízos locais para diagnóstico do seu serviço, apoio e levantamento e discussão de questões.	B.2	C.1 C.1	



Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Portimão - Procuradoria da República - 2ª Juízo de Trabalho

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Manutenção do despacho sem atrasos e do serviço sem acumulações.	C.1		
II	Melhorar o sistema de atendimento ao público, de forma a facilitar o acesso dos cidadãos na exposição e resolução dos seus problemas. Instituir um serviço diário de atendimento ao público.	A. 11; B.6		
III	Realização de uma reunião entre as duas procuradorias de trabalho da comarca, para discussão das questões comuns e articulação.	A.11; B. 2; B.5		
IV				

Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Portimão - Procuradoria da República - 2º Juízo de Família e Menores

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Manter especial atenção à simplificação e padronização de procedimentos, designadamente utilizando os mecanismos legais, por exemplo o artº 112º A da LPCJP, bem como continuar a privilegiar os contactos informais com os técnicos ligados aos organismos com competências na área da infância e juventude, instituições de acolhimento de crianças, órgãos de polícia criminal e cidadãos.	A.7; C.1	C.1	
II	Manter a pendência em todas as espécies processuais, exceto nos processos administrativos; terminar um número de processos superior ao número de entrados.	A. 7; C.1	C.1	
III	Fazer deslocações às CPCJ de Albufeira, Lagoa, Silves e Lagos dois em dois meses e às restantes, dado o menor volume de serviço, pelo menos 3 ou 4 vezes por ano.	A.7; C.1; B.5	C.1	
IV	Visitar anualmente todas as instituições que acolhem crianças e jovens situadas na área de jurisdição do juízo de família e menores de Portimão.	A.7; B.5	C.1	
V	Fortalecer a ligação com a comunidade e com outras entidades, designadamente as de 1ª linha em matéria de infância e juventude, participar em ações de prevenção e de proteção de direitos e de prevenção de situações de perigo de crianças e jovens promovidas pelas CPCJ e outras entidades, quando por estas solicitadas.	A.7	C.1; B.1	

Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Portimão - Procuradoria da República - 2º Juízo Central Criminal e 2º Juízo Central Cível

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Manter o serviço do MP em dia	B.8	C.1	
II	Incrementar a articulação entre o serviço do juízo central e o dos juízos locais/genéricos, designadamente através de deslocações pontuais e contactos com os procuradores-adjuntos.	B.8; B.2	C.1	
III	Realização de, pelo menos, uma reunião com os procuradores da República do DIAP para estudo de casos relevantes e discussão de boas práticas	B.2; B.3	C.1	
IV	Dar conhecimento à coordenação, de modo sistemático, célere e informal, do início e sentenças dos julgamentos mais mediáticos ou relevantes, designadamente para divulgação de notas no portal do MP.	D.1	C.1 C.1; B.1	



Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Olhão - Procuradoria da República - Juízo de Comércio

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Manutenção do serviço do MP em dia e da disponibilidade para atender o público.	C.1	C.1	C.1



Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Loulé - Procuradoria da República - 2º Juízo de Execução

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Manutenção em dia do serviço de execução a cargo do MP	C.1	C.1	

Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2018 - Quadro Síntese

Silves - Procuradoria da República - 2º Juízo de Execução

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2018	Resultados 01-07-2018
I	Manutenção em dia do serviço a cargo do MP	C.1	C.1	
II	Incremento de contactos pessoais e telefónicos com os serviços de finanças e solicitadores, a fim de melhorar a intercomunicação e o fornecimento de dados necessários às reclamações de créditos.	C.1	C.1	
III	Manutenção da tramitação simplificada de procedimentos e da abertura e flexibilidade no atendimento aos cidadãos.	C. 1; A.8; B.6; B.7	C.1	
IV	Colaboração em ações de formação de profissionais forenses relacionadas com o serviço cível e de execução	B.6; B.7	C.1 C.1; B.1	